

## Nota Técnica

Ref.: 62/2025

### **Alterações na emissão da NFC-e e NF-e em operações com CNPJ**

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) publicou no Diário Oficial da União o Ajuste SINIEF nº 11 de 2025, promovendo mudanças importantes na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e (modelo 65), com efeitos a partir de 3 de novembro de 2025.

O referido Ajuste alterou a disciplina da NFC-e, estabelecendo que esse documento não poderá mais conter o CNPJ do destinatário. Dessa forma, a NFC-e passa a ser utilizada apenas para vendas destinadas ao consumidor final pessoa física (CPF) ou para operações em que não haja obrigatoriedade de identificar o comprador. Nas situações em que o destinatário seja pessoa jurídica e seja necessária a identificação pelo CNPJ, a emissão correta será a NF-e (modelo 55). Essa alteração impactará principalmente as operações de atacado, em que a venda para empresas é prática recorrente, reforçando a necessidade de que os contribuintes realizem ajustes nos sistemas emissores e em seus procedimentos internos para garantir a adequada adaptação às novas regras.

Por sua vez, também foi publicado o Ajuste SINIEF nº 12/2025, trazendo alterações específicas para a NF-e, especialmente em operações presenciais e com entrega em domicílio. A partir da nova regra, o preenchimento do endereço do destinatário passa a ser facultativo nessas operações, quando o comprador estiver identificado. Além disso, nas vendas presenciais ou com entrega a domicílio destinadas a pessoas jurídicas, será possível utilizar o DANFE simplificado, facilitando o processo de emissão e acompanhamento.

Outro ponto relevante é a possibilidade de utilização da emissão em contingência nessas operações. Isto é, caso ocorra problema técnico que impeça a autorização imediata da NF-e, será permitido gerar o documento fiscal previamente e transmiti-lo posteriormente, desde que a transmissão ocorra até o primeiro dia útil subsequente à emissão.

Da combinação dessas mudanças, conclui-se que, a partir de novembro de 2025, todas as operações de varejo em que o destinatário seja identificado por CNPJ deverão ser documentadas pela NF-e (modelo 55), e não mais pela NFC-e. Para essas situações, não será obrigatório preencher o endereço do destinatário nas vendas presenciais, e, em caso de entregas a domicílio, poderá ser utilizado o DANFE simplificado. Já nos casos de dificuldades técnicas, a emissão em contingência da NF-e passa a ser admitida, com regras claras para sua regularização.

Essas alterações reforçam a distinção entre os documentos fiscais eletrônicos e trazem impactos diretos para atacadistas e varejistas, exigindo das empresas a devida revisão de seus processos e a adaptação de seus sistemas emissores para cumprimento da legislação.

**É permitida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, elaborado pela FECOMÉRCIO-RS, desde que citada a fonte. A FECOMÉRCIO-RS não se responsabiliza por atos/interpretações/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações.**